

# **Instituto Brasileiro de Administração Municipal**

**Informações Corporativas  
&  
Experiências Recentes no Setor Resíduos  
Sólidos**

**2011**



## PARTE I – Informações Corporativas

### 1.1 Dados Cadastrais

São os seguintes os dados cadastrais do IBAM:

Razão Social: Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM

Sede: Largo IBAM, n.º 1 – Humaitá - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 33.645.482/0001-96

Responsável: Paulo Timm – Superintendente Geral

Telefone geral: (55) (21) 2536-9797 / 2536 - 9702

Telefone Contratos/Licitação (21) 2536-9851

Fax: (55)(21) 2537-1262

Correio eletrônico: [licita@ibam.org.br](mailto:licita@ibam.org.br) / [ibam@ibam.org.br](mailto:ibam@ibam.org.br)

Homepage: <http://www.ibam.org.br>

**Missão do IBAM:** Promover, com base na ética e independência partidária, o Município como esfera autônoma de Governo, fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento local, objetivando uma sociedade democrática e a valorização da cidadania

Registro no Conselho Regional de Administração (CRA/RJ): 7ª Região – Alvará n° 4.386 - Registro PJ n° 004 - RD – 0021-7

### 1.2 Sobre o IBAM

O IBAM é uma associação civil, sem finalidade lucrativa, vocacionada para o desenvolvimento institucional do Município sob a ótica de uma sociedade democrática e da valorização da cidadania. Criado em 1952, o Instituto é reconhecido como instituição de utilidade pública pelo Governo Federal (Decreto n.º 34.661, de 19/11/53, ratificado pelo Decreto s/nº , de 27/05/1992 e Decreto s/nº , de 26/09/1992) e pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Lei n.º 2.149, de 04/08/93).

A experiência que o Instituto acumulou, ao longo de 57 anos de existência, de relacionamento com as distintas esferas de governo, no Brasil e no exterior, constitui-se em fonte de referência para governos municipais e para aprimoramento das relações federativas e de processos de descentralização em andamento no país, bem como na América Latina e na África. Atualmente a ação do Instituto dá-se em marco que visa fortalecer e aprimorar as

capacidades locais dos diversos atores – governo e sociedade – criando condições favoráveis para que atuem conjuntamente seja na melhoria da qualidade urbano-ambiental das cidades, seja na modernização das estruturas de gestão municipais, ou, ainda, sobre as próprias potencialidades de desenvolvimento econômico local, com foco na inclusão social e no desenvolvimento sustentável.

A idéia de que uma das tarefas do desenvolvimento é também preservar e desenvolver o capital humano e social local levou a que as práticas de capacitação e de assessoria no IBAM se combinem e se integrem cada vez mais em processo de empoderamento dos atores sociais e institucionais envolvidos. Com os governos municipais, em particular, o IBAM vem construindo as bases de uma cultura administrativa empreendedora, inovadora e voltada não apenas para um comportamento ético e responsável, mas também para um mais alto padrão de desempenho, capaz de gerar melhores serviços públicos com os recursos de que dispõem. Ressalte-se que, nos últimos anos, tem crescido a colaboração do Instituto com entidades privadas na execução de projetos de responsabilidade social e ambiental.

O IBAM participa de importantes redes temáticas, nacionais e internacionais. Dentre elas, podem ser mencionadas: Fórum Nacional Lixo & Cidadania, Combate ao Trabalho Infantil, Combate à Violência Intrafamiliar, Mulher e Políticas Municipais e Observatórios Urbanos.

O IBAM é Centro de Referência para América Latina do Programa Melhores Práticas do Habitat – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. No ano de 2002, essa agência das Nações Unidas concedeu o Diploma de Honra ao IBAM pelo apoio contínuo ao desenvolvimento do Governo Local por meio de sua contribuição para a melhoria das questões urbanas e municipais. Tal experiência remonta a contribuição do IBAM na própria construção da Agenda 21 brasileira, quando foi responsável pelos *documentos subsidiários*: Cidades Sustentáveis e Redução das Desigualdades Sociais. Como se pode constatar na listagem de projetos associados ao tema (ver item a seguir) são muitos os projetos realizados pelo Instituto nessa direção, incorporando princípios da Agenda 21 e atuando no reforço e disseminação de políticas públicas voltadas ao empoderamento comunitário e ao desenvolvimento sustentável.

### **1.3 Atividades desenvolvidas pelo IBAM**

O IBAM, independentemente da natureza do serviço ou do produto que pode oferecer, atua em várias áreas da Administração Pública. Sua estrutura organizacional está desenhada de forma a possibilitar aos usuários de nossos serviços e produtos a rápida identificação de sua área de interesse. Em cada área de atuação, o IBAM dispõe de um núcleo de especialistas encarregado do desenvolvimento de projetos de assistência técnica, estudos, pesquisas e difusão de informações.

São as seguintes as áreas de atuação do IBAM :

- Organização, Gestão e Desenvolvimento Institucional

- Planejamento e Planejamento Estratégico
- Finanças Públicas e Gestão Tributária
- Direito Público e Administrativo
- Finanças Públicas
- Desenvolvimento Econômico Local e Sustentado
- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Eficiência Energética em Municípios
- Planejamento Urbano, Planos Diretores e Legislações Urbanísticas
- Saneamento Ambiental
- Regularização Fundiária
- Habitação
- Gestão de Serviços e Sistemas Urbanos
- Saúde
- Direitos Humanos e Promoção da Cidadania
- Proteção à Criança, ao Adolescente e ao Idoso
- Mulher e Políticas Públicas
- Administração de Pessoas
- Concursos Públicos
- Previdência do Servidor Municipal
- Cadastro Imobiliário e Fiscal
- Geoprocessamento

As ações que o IBAM executa têm a seguinte natureza:

- **Estudos e Pesquisas** – os estudos e pesquisas realizados pelo IBAM compreendem temas de relevante interesse para a Administração Pública em geral, particularmente a municipal. Alguns deles são de iniciativa do próprio Instituto, para melhor fundamentar sua atuação em prol do fortalecimento da descentralização, da autonomia municipal e das relações federativas, bem como do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos. Outros são executados no âmbito de contratos e convênios assinados entre o Instituto e órgãos dos governos municipais, estaduais e federal, assim como com empresas e instituições nacionais e estrangeiras.
- **Difusão de Informações** - a *homepage* do IBAM ([www.ibam.org.br](http://www.ibam.org.br)) é uma das mais consultadas no Brasil e é utilizada por organizações governamentais e não-governamentais, outras entidades e pessoas físicas para obterem informações difundidas pelo Instituto. Destaca-se a procura pelo *TeleIBAM* que compreende o Banco de Dados

de Pareceres Jurídicos do Instituto; as edições da Revista de Administração Municipal – Municípios; as Notas Técnicas e Notas Explicativas, além de outras publicações. O Banco de Dados, as Notas Técnicas e as Notas Explicativas são preparados pela consultoria jurídica e reúnem pareceres e comentários sobre temas que mais despertam o interesse dos Governos Municipais.

- **Consultoria Técnica** – o IBAM presta consultoria *in loco* e a distância direcionada para o desenvolvimento institucional, compreendendo, entre outros objetivos, a melhoria das políticas públicas e dos instrumentos de gestão financeira, tributária e fiscal; da gestão de pessoas; dos serviços públicos urbanos em geral; do planejamento estratégico, urbano e ambiental; da geração de emprego e renda e dos direitos humanos. Já atuou em todos os Municípios das capitais e em centenas de Municípios de todos os Estados brasileiros. Atuou, ainda, em mais de 20 países, particularmente da América Latina e da África de língua portuguesa.
- **Ensino** - as ações de ensino, sob a coordenação da Escola Nacional de Serviços Urbanos - ENSUR, estão direcionadas para a capacitação de agentes políticos, técnicos, gestores sociais e dirigentes de organizações governamentais e da sociedade civil. A Escola oferece, de forma permanente, cursos de educação nas modalidades presencial e a distância. Também realiza seminários e encontros de trabalho; desenvolve formação de multiplicadores e organiza estágios e visitas de observação de boas práticas de gestão local. A diversidade de temas e formatos adotados para as ações de ensino têm proporcionado o constante aprimoramento metodológico dos programas realizados nas instalações do IBAM, na cidade do Rio de Janeiro, ou de forma descentralizada, em qualquer parte do território brasileiro e em países latino-americanos e africanos.

De modo similar, o IBAM vem estabelecendo diversas parcerias, com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, que ao propiciarem sinergias organizacionais adequadas, fortalecem a continuidade de linhas de trabalho, bem como ampliam a ação do Instituto. As parcerias também têm produzido ganhos de qualidade ao se combinarem complementaridades que permitem a prestação de assessorias que demandam conhecimentos e soluções mais especializadas. Também vêm sendo ampliadas as parcerias que favorecem a maior proximidade do Instituto junto às comunidades beneficiárias e aos governos municipais e melhoram, portanto, a sua capacidade de responder a demandas com menos custos, maior agilidade e qualidade.

O IBAM possui uma equipe permanente com aproximadamente 80 especialistas, incluindo mestres e doutores de vários campos profissionais como: administração, planejamento, desenvolvimento urbano, finanças municipais, ciências políticas e sociais, economia urbana, meio ambiente, serviços públicos, legislação, tecnologia da informação etc. Em cada unidade do IBAM, além dos especialistas, sempre que necessário são contratados consultores externos, previamente selecionados e integrantes de um cadastro de colaboradores, para integrarem equipes de assistência técnica e de desenvolvimento de atividades de estudos, pesquisas e ensino.

Sua estrutura organizacional está desenhada de forma a possibilitar aos usuários de seus

serviços e produtos a rápida identificação de sua demanda. São as seguintes as unidades organizacionais do Instituto:

- Escola Nacional de Serviços Urbanos - ENSUR
- Desenvolvimento Econômico e Social - DES
- Organização e Gestão - O&G
- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – DUMA

## **2. PARTE II - Experiências Recentes no setor Resíduos Sólidos**

### **Micro Aliança Público Privada para inserção produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis**

BID-Fumin / IBAM / CEMPRE (2010-2011)

O IBAM estabeleceu com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com recursos do seu Fundo Multilateral de Investimentos – FUMIN, um Programa de fomento em âmbito local de alianças colaborativas entre o setor público e o privado.

O Programa em referência busca estruturar diferentes modalidades de alianças público-privadas, chamadas Micro APPs, apropriadas e adequadas às realidades locais, ao mesmo tempo em que procura viabilizar o desenvolvimento dos aspectos normativos e de governança requeridos para a concretização dos projetos, sempre em estreita sintonia com o marco legal e institucional do país.

Nos Municípios de Manaus (AM) e Ilhéus (BA) estão sendo fechados compromissos para a institucionalização e operacionalização de Micro APPs voltadas para os Serviços de Limpeza Urbana e de Manejo de Resíduos Sólidos, com ênfase na cadeia produtiva dos materiais reutilizáveis e recicláveis no âmbito da logística reversa, constituindo arranjos adequados a implementação de programas de coleta seletiva com a efetiva participação dos catadores organizados.

As principais etapas que organizam o desenvolvimento do projeto são:

- 1: Planejamento;
- 2: Modelagem da ambiência da Micro Aliança Público Privada (Micro APP);
- 3: Consolidação da Micro Aliança Público Privada.

## **Plano Diretor de Resíduos Sólidos de Manaus**

Governo do Estado do Amazonas / PROSAMIM Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus / BID (2010)

O Plano Diretor de Resíduos Sólidos de Manaus (PDRS–Manaus), foi elaborado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, no âmbito do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM, do Governo do Estado do Amazonas, sendo beneficiária a Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos – SEMULSP.

O PROSAMIM tem como objetivo contribuir para solução dos problemas ambientais, sociais e urbanísticos que afetam a população da cidade de Manaus, assegurando assim, a manutenção do patrimônio natural e a melhoria das condições de vida da população, cuja intervenção compreende três fatores: infra-estrutura sanitária, recuperação ambiental e sustentabilidade social.

Nessa direção, o Plano Diretor de Resíduos Sólidos de Manaus indicou soluções para a melhoria contínua nos serviços de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos na cidade. Com foco no conceito de gestão integrada de resíduos sólidos não deixou de considerar a forte influência das bacias hidrográficas, contribuindo assim, para a promoção da melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida da população, principalmente no que tange às condições de saúde pública.

Sua elaboração compreendia sinteticamente três etapas:

- 1 – Preparação, prognósticos e cenários futuros;
- 2 – Proposições preliminares;
- 3 – Consolidação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos de Manaus.

## **Plano Diretor de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana da Grande Vitória**

Governo do Estado do Espírito Santo / Instituto Jones dos Santos Neves (2009)

O Projeto tinha como proposta dotar os municípios que compõe a **Região Metropolitana da Grande Vitória**, dos instrumentos técnicos, legais e administrativos necessários à implantação e manutenção de um **sistema regional de gestão dos serviços públicos de resíduos sólidos**, com vistas ao desenvolvimento sustentável da região.

À luz do atual arcabouço legal federal, com destaque para a Lei 11.445/2007, que dispõe sobre as diretrizes nacionais de saneamento básico, a Lei 11.107/2005 sobre Consórcios Públicos e Gestão Associada, seus decretos regulamentadores, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, avanços e oportunidades são identificados no Estado do Espírito Santo. No

nível estadual, destacam-se os instrumentos legais e normativos ligados aos resíduos sólidos, em especial a Lei nº 9.096/08, Política Estadual de Saneamento Básico (PESB) e a minuta da política estadual de resíduos sólidos.

A metodologia adotada no trabalho busca envolver os diferentes agentes: executivo, legislativo e sociedade civil, de maneira a estabelecer um processo participativo de concepção dos diagnósticos e do Plano Regional para que, mais do que um documento formal, possa ser utilizado na perspectiva da gestão associada dos serviços públicos de resíduos sólidos, desde a geração até a disposição final.

**Planos Regional e Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos nos Municípios do Litoral Piauiense – Parnaíba, Ilha Grande, Luiz Correia e Cajueiro da Praia**

Prodetur / Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí (2008)

O trabalho teve como objetivo principal oferecer diretrizes para o reordenamento dos serviços de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos para os Municípios do Litoral Piauiense, incluindo a formação de consórcio intermunicipal, com vistas à maior eficiência do sistema, sua sustentabilidade, a universalização dos serviços, o controle dos gastos públicos e a participação social.

Com vistas a proporcionar um modelo de gestão sustentável capaz de potencializar recursos financeiros e capacidade técnica, buscou-se fortalecer o sentido de identidade regional desses Municípios, demonstrada também na prestação dos serviços, de maneira a garantir qualidade no conjunto de atividades desenvolvidas.

**Capacitação**

**Projeto Mecanismo de Desenvolvimento Limpo aplicado à redução de emissões de gases gerados em áreas de disposição final de resíduos sólidos**

Ministério das Cidades / Programa de Modernização do Setor de Saneamento (2008)

Os Ministérios das Cidades e do Meio Ambiente, com apoio do Banco Mundial e recursos do Governo do Japão, lançaram o Projeto Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) aplicado à redução de emissões de gases gerados nas áreas de disposição final de resíduos sólidos. Este Projeto previa a realização de estudos de viabilidade técnica, social, institucional e econômica para municípios brasileiros associados ao desenvolvimento de um programa de capacitação.



O programa de capacitação previa a realização de cursos em gestão integrada de resíduos sólidos com foco em MDL, destinados a técnicos e gestores responsáveis pela prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos, assim como a elaboração de manuais técnicos.

Os manuais foram elaborados com o propósito de estreitar a relação entre a gestão dos resíduos sólidos urbanos e o MDL, na perspectiva de destacar oportunidades de melhoria voltadas para a sustentabilidade dos sistemas municipais de manejo dos resíduos sólidos.

Os cinco manuais da série Mecanismo de Desenvolvimento Limpo Aplicado a Resíduos Sólidos são:

1. Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
2. Conceito, Planejamento e Oportunidades
3. Redução de Emissões na Disposição Final
4. Agregando Valor Social e Ambiental
5. Diretrizes para a Elaboração de Propostas de Projetos

**Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em cidades da América Latina e Caribe – Capacitação e Tutoria Técnica Especializada**

International Development Research Centre – IDRC (2006 e 2007)

Desenvolvimento de trabalho de capacitação com vistas a instrumentalizar técnicos municipais representando 19 cidades da América Latina e Caribe para a gestão integrada de resíduos sólidos, seguido de tutoria especializada para a elaboração de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos (PGIRS), de Project Idea Note (PIN) e de um “draft” de Project Design Document (PDD) direcionado às cidades de Arequipa (Peru), Moreno (Argentina) e Assunção (Paraguai).

No âmbito do projeto foi elaborado um manual técnico intitulado “MANUAL DE GESTIÓN INTEGRADA DE RESIDUOS SÓLIDOS MUNICIPALES En Ciudades de América Latina y el Caribe”.

**Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos para os Municípios de Goianira, Goianápolis, Senador Canedo e Anápolis**

Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Goiás (2004)

O trabalho teve como objetivo a elaboração de Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos para os municípios pertencentes a Bacia Hidrográfica do

Rio Meia Ponte a jusante de Goiania, Estado de Goiás, no âmbito do Programa Nacional de Meio Ambiente – PNMA II. Para além das ações individuais propostas aos Municípios houve a intenção de apontar potencialidades para a gestão associada.

### **Capacitação**

#### **Programa de Desenvolvimento Institucional visando a capacitação Técnico-Gerencial em Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – Agreste de Pernambuco**

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco – SECTMA-PE  
(2001 – 2002 – 2005)

O programa de capacitação foi concebido em quatro módulos direcionados a atender os profissionais de limpeza urbana em suas diferentes instâncias de atuação – Gerentes e Técnicos, Fiscais de Limpeza Urbana, Garis e Catadores de Materiais Recicláveis. Foram produzidos especialmente para esses cursos os seguintes materiais didáticos:

- Apostila para fiscalização;
- Apostila para treinamento de garis;
- Apostilas sobre procedimentos para operação de aterro sanitário;
- Apostila sobre operação dos serviços de limpeza urbana;
- Cartilha ilustrada para garis
- Cartilha ilustrada para catadores de materiais recicláveis.

A partir desse amplo programa de capacitação criou-se condições favoráveis para a melhoria da qualidade dos serviços de limpeza urbana nos Municípios pernambucanos, por meio da difusão e da consolidação de conhecimentos básicos sobre limpeza urbana e gestão integrada de resíduos sólidos. Desenvolveu processos locais e regionais de capacitação, formação de multiplicadores e aperfeiçoamento para a adequada gestão e operação da limpeza urbana, criou bases para o desenvolvimento de processos locais participativos para a elaboração e implementação dos planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nos Municípios.

### **Gestão Integrada de Resíduos Sólidos na Amazônia**

Ministério do Meio Ambiente / SQA (2000/2003)

O projeto tinha por princípio articular a União, estados e municípios, e os diferentes setores do governo e da sociedade, para uma atuação conjunta na implementação de políticas públicas para a gestão integrada de resíduos sólidos.

De caráter experimental e demonstrativo, o projeto foi realizado junto a nove municípios da Amazônia, um em cada estado, respeitando suas características e prioridades.

O trabalho culminou com a elaboração de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGIRS por meio de processos participativos, mediante a organização de núcleos locais de suporte ao projeto destinado a colaborar de forma mais permanente e sistemática, criando assim as condições para adequado desenvolvimento e cumprimento dos trabalhos, bem como criando as bases para a implementação do Plano na perspectiva de sua sustentabilidade.

Ao final foram elaboradas duas publicações relatando o processo e a metodologia aplicada aos trabalhos.